

Oglobo
14/6/98 16
43

RIO

Uma chance para a Mata Atlântica

Órgãos de meio ambiente se unem para tirar do estado título de campeão de desmatamento

Paulo Roberto Araújo e Selma Schmidt

Guerra às moto-serras. Depois de perder 140.372 hectares de florestas (o equivalente a 170 mil campos de futebol) em apenas dez anos, o Estado do Rio começa a tentar reverter no fim deste mês o quadro de degradação ambiental que o transformou no campeão nacional de desmatamento. Uma megaoperação, unindo policiais e fiscais do Ibama, do estado e dos municípios vai caçar quem está destruindo o que resta da Mata Atlântica no estado. A varredura ambiental, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Minerais Renováveis (Ibama), tentará localizar os devastadores através do cruzamento de imagens de satélite feitas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) — a pedido da Fundação SOS Mata Atlântica — e pelo Ibama.

Vão participar das operações fiscais do próprio Ibama, do Instituto Estadual de Florestas (IEF) e da Fundação de Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema) e policiais federais, civis e militares. Os responsáveis pelos estragos à natureza serão multados e processados com base na nova Lei de Crimes Ambientais. Foi com o auxílio de fotos de satélite que a SOS Mata Atlântica provou, mês passado, que de 1990 a 1995 o Estado do Rio perdeu os 170 mil campos de futebol. Para os ambientalistas, tamanha devastação é resultado da falta de recursos e de entrosamento entre os órgãos de meio ambiente.

— Se não frearmos a devastação, em 25 anos não sobrará floresta no estado — prevê Mário Mantovani, presidente da SOS Mata Atlântica.

Desmatamento atinge a Região Serrana

O trabalho do Inpe revelou um dado que tornou ainda mais urgente a megaoperação: o desmatamento está subindo a serra. Os maiores focos de devastação foram detectados em Teresópolis e Itaipava, por causa da expansão imobiliária e da favelização. O município de Trajano de Moraes foi o que registrou o maior desmatamento: foram destruídos 4.420 hectares, dos quais 3.704 contínuos. Pelos dados do Inpe/SOS Mata Atlântica, restam 928.858 hectares de florestas no estado (21,07% da área total). Na Região dos Lagos, a situação é crítica em Cabo Frio e Búzios.

— A exploração de florestas para fins econômicos tem que ser zerada porque resta muito pouco de Mata Atlântica. Vamos buscar parceria com os órgãos estaduais, criando-se um fórum único de controle ambiental — disse o novo superintendente regional do Ibama, Alison José Coutinho, que em maio assumiu o cargo para, em 60 dias, reestruturar a representação do órgão no Rio. O estado tem sete órgãos e duas comissões voltadas para a preservação do meio ambiente, além do Ibama e das secretarias estadual e municipais. Esta estrutura, segundo ambientalistas, atua



DEVASTAÇÃO NA MATA: uma área de mil metros quadrados está destruída num loteamento na Boca do Mato, em Cachoeiras de Macacu

de forma desentrosada. Há três semanas, por exemplo, o Batalhão Florestal da PM flagrou o corte de árvores de Mata Atlântica no Loteamento Vila Indiana, na Boca do Mato, em Cachoeiras de Macacu, mas mil metros quadrados de vegetação já tinham sido cortados.

— Prendemos três pessoas em flagrante, levamos para a delegacia, mas só o Ibama tem poder de multar. A Po-

lícia Florestal do Rio é a única do país que não tem poder para aplicar multas — lamentou o capitão Sanglard.

Os recursos escassos têm sido um obstáculo para conter a devastação. Na execução orçamentária do Governo do estado, constata-se que o meio ambiente não é uma prioridade. Ao contrário, as verbas para o setor diminuíram. Em 1996, a administração Marcello Alencar

gastou R\$ 86,1 milhões de recursos próprios na Secretaria de Meio Ambiente; no ano passado, foram R\$ 74 milhões (menos 14%). O único investimento feito pela Feema (compra de medidores de poluição) dependeu de verbas repassadas através de convênio com o Detran.

— Os órgãos do meio ambiente não funcionam como deveriam. Existe apenas a boa vontade de alguns funcioná-

rios abnegados — disse o promotor Luciano Mattos de Souza, curador do meio ambiente de Cabo Frio e Búzios, que luta contra mineradoras que estão devastando, com autorização da Feema e da Prefeitura, restingas de Cabo Frio para retirar areia usada na construção civil.

Responsável pelo gerenciamento dos parques estaduais, o Instituto Estadual de Florestas (IEF) já teve 370 funcionários na gestão de Axel Graef, mas agora tem cerca de 30. Segundo Graef, nunca houve concurso público para preencher funções no IEF, como em qualquer outro órgão ambiental do estado. O orçamento do IEF em 93 foi de US\$ 20,5 milhões. Em 98, a previsão de gastos caiu para US\$ 12,6 milhões.

— Como não temos muito dinheiro, usamos a criatividade. Estamos iniciando parceria com o Ibama e vamos pôr em prática um plano de trabalho conjunto até o fim do mês — diz o vice-presidente do IEF, Josué de Castro Filho.

Carros da Delegacia do Meio Ambiente não saem da capital

A Delegacia Móvel do Meio Ambiente há muito perdeu sua mobilidade. A maioria dos 22 policiais tem formação superior na área ambiental, mas os três carros de tão velhos não têm condições de sair da capital. Devido à falta de estrutura da delegacia, o secretário municipal de Meio Ambiente do Rio, Maurício Lobo, teve que desistir recentemente de uma operação contra baloeiros. O delegado Ícaro Silva tem de recorrer aos colegas do interior quando recebe denúncia de degradação do meio ambiente. Apesar das dificuldades, Silva anuncia que também vai responsabilizar criminalmente, com base na nova Lei de Crimes Ambientais, autoridades que concederem licença para desmatamentos e outras agressões à natureza.

O Batalhão Florestal da PM tem 330 homens, divididos em quatro companhias, uma das quais na Ilha Grande, para preservar o meio ambiente no estado. Quatro postos estão prontos para ser inaugurados, o que não aconteceu por falta de efetivo. O comandante da unidade, tenente-coronel José Knoller, espera que o comando da corporação aprove o projeto de reestruturação que eleva o efetivo do batalhão para 1.100 homens. O presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, deputado Carlos Minc (PT), conta que, ano passado, apresentou o mapa das queimadas no estado ao comandante do Corpo de Bombeiros, coronel Rubens Jorge Ferreira Cardoso, mas o oficial queixou-se da precariedade de equipamentos e dos baixos salários.

Desde que foram criados, os órgãos estaduais do meio ambiente só minguaram. Não houve concursos públicos e os baixos salários têm servido de estímulo a aposentadorias e a transferências. Na Feema — o maior dos órgãos — o quadro diminuiu de 1.200 para 900 funcionários, segundo o subsecretário estadual de Meio Ambiente, Carlos Henrique Abreu Mendes. ■

Marco Antônio Cavalcanti